



## ATA DE REUNIÃO

**Referência:** Processo nº E-20/001.001054/2020

### CONSELHO DE CONTROLE DA GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA-PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDPERJ

Aos 12 de fevereiro de 2021, em reunião virtual pelo sistema ZOOM tendo em vista o recolhimento domiciliar devido à Pandemia causada pela COVID-19, às 14:00 horas, foi aberta a reunião pelo Sr. Presidente do Conselho de Controle da Gestão, **RODRIGO BAPTISTA PACHECO** cumprimentando e agradecendo a presença virtual dos presentes; **MARCELO LEÃO ALVES** - Primeiro Subdefensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro e dos Conselheiros Titulares **ADOLFO FILGUEIRAS ETIENNE, FABIO CUNHA, IARA FREIRE DE MELO BARROS, LEONARDO REIS DE NAZARETH, LIVIA CORREA BATISTA e MUSA MAXIMO GOMES FERRAZ**, comendo, ainda, a reunião virtual a Diretora de Orçamento e Finanças da DPGERJ, **MARIANA DE ANDRADE SARAIVA**. O Presidente, Rodrigo Pacheco, iniciou a reunião registrando que o ano passado apesar de muitas crises, a Defensoria obteve resultados muito bons e há muitas expectativas boas para esse ano de dois mil e vinte e um na área de custeio e investimento. Em seguida, a Diretora de Orçamento e Finanças reiterou que o ano de 2020 foi de grande desafio e apresentou os gráficos do ano, registrando que a partir de agosto e setembro houve uma recuperação boa em relação à arrecadação do fundo enfatizando que em dezembro a arrecadação foi superior ao esperado na LOA. A arrecadação do ano foi de 58 milhões. Em julho de 2020, foi feita uma reestimativa tendo em vista a queda grande que aconteceu no mês de abril. O gráfico número um mostra a queda em abril e a recuperação ao longo do ano. O gráfico que demonstra a receita real revela que ano após ano, considerando a inflação, há uma queda na receita do fundo. O alívio se dá por conta do duodécimo que ajuda a manter o nível de gastos. O grande destaque do ano passado foi a redução de despesas com renegociação de contratos o que permitiu um superávit no ano. Houve redução com gastos de locação e a equipe conseguiu passar muitas despesas para o duodécimo o que permite a saúde financeira do fundo. Houve uma redução de custos em 36,2% (trinta e seis, vírgula dois por cento) em relação ao ano de 2019. A receita superou as despesas o que proporcionou o superávit. Mesmo num ano muito complicado o fundo fechou com vinte e seis milhões de saldo. O superávit foi de quase oito milhões de reais tendo superado o ano de 2019. Registre-se que todos os gráficos foram enviados anteriormente para cada um dos conselheiros. A Diretora de Finanças terminou a apresentação dos gráficos e passou a palavra para o Presidente, Defensor Público Geral, Dr. Rodrigo Pacheco, que agradeceu a Diretora de Finanças e a sua equipe pelo desempenho extraordinário no ano de 2020. A seguir o Presidente esclareceu que a redução de despesas não significa que houve redução de investimentos na Defensoria Pública porque a Defensoria jamais gastou tanto quanto nesse período de pandemia, entretanto, desde 2019, ele, Presidente, o Subdefensor-Geral, Marcelo Leão Alves e toda a equipe financeira tem desenvolvido um esforço para mudar o perfil do fundo deixando o fundo cada vez menos comprometido com despesas correntes como aluguel, luz e outros objetivando que o fundo se transforme num fundo quase soberano da Defensoria Pública que será utilizado para despesas pontuais e signifique um colchão de reserva para momentos de muita crise. Continuou, informando que a Defensoria tem uma iniciativa orçamentária que cresce o duodécimo a cada ano tendo sido no valor de quatro milhões e oitocentos no ano passado, contudo houve um remanejamento orçamentário no segundo semestre que foi muito importante, pois foi verificado que haveria sobra de orçamento de pessoal por conta do número de aposentações, falta de aumento salarial dos servidores e outros, complementando que caso a sobra de orçamento não fosse utilizada deveria ser devolvida para a conta única do Estado. Foi feito um remanejamento para transferir dez milhões de reais de pessoal para a conta de custeio e investimento. O comportamento do duodécimo ao longo do ano é linear em quatro milhões e setecentos e noventa e

nove mil reais até o mês de novembro quando o valor passa para treze milhões e trezentos mil reais por conta de ter tirado de pessoal e alocado em investimento conduzindo a um aumento de superávit. O Presidente continuou realçando que num dos piores anos de arrecadação o Fundo teve um dos melhores resultados de sua história. Hoje há setenta e seis milhões de reais não comprometidos com despesas creditando uma segurança muito grande na gestão orçamentária da Defensoria, complementando que a presente administração tem a meta de entregar para 2023 o Fundo com cento e vinte milhões de reais não comprometidos com despesas. Para isso vem se aumentando muito o duodécimo que para este ano há um aumento de quarenta por cento depois de muito diálogo com o governo a Assembleia Legislativa e todos os parlamentares. Como resultado, a Defensoria sai de um duodécimo de quatro milhões e oitocentos mil reais em dois mil e vinte para seis milhões e setecentos e dezesseis mil reais neste ano. Há uma forte indicação de que, no segundo semestre, haverá uma sobra de orçamento de pessoal muito significativa tendo em vista o grande número de pedidos de aposentadorias. O cenário de arrecadação do fundo é muito promissor, pois o Estado está pacificado politicamente e haverá um crescimento em todos os segmentos. Em seguida, o Presidente passou a palavra para o Subdefensor Público Geral que reiterou todos os esclarecimentos do Presidente. O Conselheiro Adolpho Etienne apresentou um plano de investimentos bem conservador para o recurso financeiro que há no Fundo. A proposta será enviada a todos os conselheiros para análise. A proposta foi recebida e analisada pela Diretora Financeira que explanou sua preocupação com o fato de a Defensoria estar ligada ao Bradesco. Informou que há uma nova gerente do Bradesco que fica em São Paulo especializada em investimentos do Poder Público e que se prontificou a oferecer investimentos diferenciados para a Defensoria Pública. Registrou que o Ministério Público também tem a mesma preocupação que a Defensoria Pública e se prontificou a conversar com o Diretor Financeiro do Ministério Público visando obter informações a respeito de alternativa para investimentos. O Conselheiro Adolfo Etienne indagou se há possibilidade de retirar do Bradesco a movimentação financeira e em seguida, o Defensor Geral informou que não é possível sem licitação. O mesmo Conselheiro sugeriu que houvesse uma busca em outros Bancos grandes, como Itaú e Santander e verificar como são feitos os investimentos de órgãos do poder público. O Presidente esclareceu que deverá haver muita cautela em relação a essa questão, tendo em vista as peculiaridades pertinentes a investimento de dinheiro público, como custos e outros. Em continuação, o Conselheiro Adolfo Etienne informou que irá instalar energia solar em sua residência a que talvez seja uma boa ideia para a Defensoria Pública. O Senhor Presidente noticiou que a diretoria de engenharia já está se mobilizando no sentido de tornar a Defensoria sustentável e que foi lançado um Edital para que a Defensoria adquira um programa de eficiência energética. O Conselheiro Fabio Cunha pediu a palavra para elogiar a administração pelos excelentes resultados apresentados registrando que o aumento de quarenta por cento no duodécimo demonstra um caminho inverso na realidade do Estado do Rio de Janeiro e realçou a necessidade de uma análise quanto aos investimentos tendo em vista o porte do valor que compõe o Fundo e será aplicado, entendendo que essa administração pode deixar um legado em relação à forma de aplicar o dinheiro do Fundo. Finalmente, se comprometeu a analisar a proposta apresentada pelo Adolfo Etienne. Em seguida, o Presidente do Fundo agradeceu e complementou informando sobre o futuro do Rio de Janeiro, a reforma da previdência e outros motivos que ocasionarão um período de alguns anos difíceis para o Estado, registrando que o Rio de Janeiro deverá aderir ao regime de recuperação fiscal do Governo Federal. Em seguida, como não houve mais perguntas o Senhor Presidente agradeceu a presença virtual de todos e declarou encerrada a reunião às 11.00 horas, solicitando a lavratura desta ATA que eu, Iara Freire de Melo Barros, Secretária, redigi, e por todos os Conselheiros presentes, virtualmente, será assinada eletronicamente.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

**DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

**PRESIDENTE**

**MARCELO LEÃO ALVES**

PRIMEIRO SUBDEFENSOR GERAL

**ADOLFO FILGUEIRAS ETIENNE**

CONSELHEIRO TITULAR

**IARA FREIRE DE MELO BARROS**

CONSELHEIRA TITULAR

**LEONARDO REIS DE NAZARETH**

CONSELHEIRO TITULAR

**LIVIA CORREA BATISTA**

CONSELHEIRA TITULAR

**MUSA MAXIMO GOMES FERRAZ**

CONSELHEIRA TITULAR

**FABIO CUNHA**

CONSELHEIRO SUPLENTE



Documento assinado eletronicamente por **MUSA MAXIMO GOMES FERRAZ, Defensor Público Substituto**, em 03/03/2021, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BAPTISTA PACHECO, Defensor Público Geral do Estado**, em 03/03/2021, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Iara Freire de Melo Barros, Usuário Externo**, em 03/03/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LEÃO ALVES, 1º Subdefensor Público do Estado**, em 04/03/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO REIS DE NAZARETH, Defensor**, em 08/03/2021, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA CORREA BATISTA GUIMARAES, Defensor Público**, em 15/03/2021, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO FILGUEIRAS ETIENNE, Defensor Público**, em 19/03/2021, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO FERREIRA DA CUNHA, Defensor Público**, em 23/03/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0538677** e o código CRC **62C95561**.

---

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080  
- [www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)